

DISCURSO DE FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO – Eu faço clamor que se já é difícil falar sobre esses temas todos no tempo de uma palestra no lugar que cabe o debatedor é mais difícil ainda. Então eu queria, primeiramente, inferir três pontos para provocar o debate, de certa forma dialogando com o que Tércio e Karnal falaram. Primeiro, é tema da mentira e da política e eu faço aqui a minha provocação dizendo o seguinte, a mentira é algo facilmente identificável como a antípoda do que queremos. Ninguém defende a mentira, ainda que a pratique. A mentira é fácil de compreender porque a mentira pode ser traduzida como o falseamento da realidade. O problema, e o Tércio tocou nesse ponto, é que o oposto da mentira é mais complexo, que o oposto da mentira não é exatamente o que nós acreditamos, que é a verdade, porque a ideia de “a verdade” é uma ideia extremamente complicada, extremamente complicada quando ela é trazida com a crítica. A ideia de acreditar em uma verdade, a única verdade é uma ideia que aproxima a política dos sistemas totalitários. Porque é claro que existe o real, mas o real em última instância é uma mediação, porque é o real demanda a compreensão de cada um, e aí, Karnal, não é um hábito brasileiro a hermenêutica, talvez seja um mau hábito brasileiro a hermenêutica do seu interesse, mas a hermenêutica como interpretação da norma, claro, e até posso dizer do real, é uma dimensão [...] da existência humana. Eu não estou dizendo que eu sou contra ser verdadeiro, mas eu queria discutir neste momento quanto que a ideia da verdade na política não é uma ideia que trai uma tendência de uma busca absoluta daquilo com o que me identifico. Isso é muito interessante, o Karnal feriu esse tema, quando nós vamos para o mundo contemporâneo do ambiente da internet e que cada indivíduo, cada grupo que participa do debate da internet passa a acredita na sua verdade, e não antagonizar com a verdade do outro, mas simplesmente extirpá-la, querer excluí-la do debate político, como uma mentira. O que se agrega ao elemento mais grave que é o potencial que se tem a partir do ambiente que é irreversível de debate no mundo da internet de se colocar como verdade o falseamento da realidade fabricado para atuar como verdade e monopolizar as verdades

daqueles que querem acreditar naquela verdade. A fake news, vimos isso no final de semana, as reportagens de jornais, ela é uma produção de engenho e arte humana, mas ela só vinga porque as pessoas estão dispostas a acreditar na notícia fake. E aí entra na política. A política para mim é um espaço que debatem as diferentes verdades, onde a mentira deve ser denunciada, mas onde na verdade as verdades de cada grupo, de cada interesse, e aí o Tércio traz esse ponto importante do legado da experiência americana, tentam convencer da sua verdade. Isso é a essência da política, e eu estou convencido que não há solução fora da política, não há solução fora do embate transparente, claro, na ágora das diferentes verdades, sem que não se qualifique, à priori, a verdade de quem não é coincidente com a minha verdade como a mentira, ou inimigo. Essa é uma primeira dimensão que eu queria compartilhar com vocês. Eu como todos sou antípoda à mentira, meu pai dizia que o pior mal da humanidade é a mentira, mas ao mesmo tempo não acho que nós temos que por como contraponto uma única verdade. E é aí que [...] se coloca no segundo ponto, que é o tema da corrupção. Todos nós temos que combater a corrupção, desde o nosso ambiente ético individual até o ambiente macro, dos negócios de estado. Desde a micropolítica até a macropolítica. Só que essa ideia de combater a corrupção é uma ideia que tenho muito medo de ser uma ideia unificante, uma ideia de engajamento puro e simples por dois motivos. Primeiro, porque apenas ser contra a corrupção é muito pouco, e segundo porque se organizar contra a corrupção dá um pouco impressão daquelas ideias abstratas que unem uma nação, mas significam pouco. Algo como uma ideia hegemônica, mas que produz muito mais do que o óbvio: temos que ser contra a corrupção. Isso é pressuposto, embora para o Brasil seja uma grande conquista, mas é pressuposto. O Leandro Karnal tocou num tema que é importantíssimo. Se nós quisermos ter ética republicana não dá para parar no combate à corrupção, porque nós temos problemas outros que estão dentro desse pacote mais amplo, que é o patrimonialismo, e que não necessariamente são corrupção. Explico. Eu não ousaria dizer que é corrupto um professor que se esquiva de dar aula em uma escola pública, eu não chegaria a dizer

“o senhor é um homem corrupto”, mas veja essa percepção mais ampla que o Tércio deu, a distorção dos deveres. Eu não diria que é corrupto o professor que se esquivava de ir dar aula, ou diria que é propriamente um corrupto um médico concursado que deixa de atender o seu plantão em um posto de saúde da periferia em um sábado à noite. Mas são manifestações de uma visão patrimonialista, que vê a função que eles exercem como algo próprio ao seu acervo pessoal como um dever de setor público. Quando eu venho um dia mais cansado, desanimado aqui às 7h dar a minha aula, eu estou aqui não só porque eu me dispus a ser professor como porque eu sou um servidor público. É disso que se trata. Embora eu deva receber salário, ter as láureas, tudo aquilo que um professor de uma universidade pública merece. Mas vejam o patrimonialismo, e acho que o Karnal esgotou o tema, ele se traduz na nossa dificuldade de entender o estado como algo formatado para servir à comunidade e não a quem ocupa o papel de estado. Porque preste atenção são dados que eu tenho falado muito, nós... O patrimonialismo português que nós herdamos tinha duas vertentes, duas pernas, uma era o figotismo, aulicismo do rei. Ascendia-se ao estado por relação de apadiguamento real. E outro era uma vez ascendendo à função pública ela se tornava patrimônio do ocupante, ok? Estou simplificando muito, sou só um debatedor. O primeiro ponto nós praticamente resolvemos, ainda tem um pouquinho a fazer, mas quase tudo resolvemos com a consagração do concurso público, e com o combate ao nepotismo, com a redução das livre nomeações etc. Mas isso não garante que o patrimonialismo acabou. Porque eu posso ter o que eu costumo brincar de patrimonialismo de acesso universal, que é o sujeito que ascende à função pública por concurso, mas passa a tratar aquela função como propriedade sua para ganhar mais salário, para conseguir penduricalho, para não exercer a função, para ter, de certa forma, uma certa ojeriza do cidadão que chega para receber o serviço que ele tem que prestar. No entanto, acho que nós temos que combater a corrupção com premissa, como pressuposto, mas nós temos que ir mais além para persistir e vencer essa tendência que nós temos a achar que estado é algo que alguém pode se apropriar individualmente. Afinal de contas, senhores, queridos

amigos, não é uma perversão acreditar que há estabilidade no patrimônio do servidor antes de ser uma garantia do bom serviço público? Para refletir. E aí coloco a terceira e última reflexão. Se nós temos que combater a corrupção quais os remédios que nós temos que adotar? Ou mais: quais os remédios que nós aceitamos adotar para combater a corrupção? Porque aqui, não é o que está acontecendo, não é uma crítica generalizante do que está acontecendo no Brasil, como disse o Karnal, temos uma boa lavagem, a primeira água é muito suja. Mas cuidemos para que nós não descambemos para exemplos contemporâneos nossos. Na China e na Rússia o discurso anticorrupção tem sido usado como depuração por aqueles que estão no poder e seus desafetos. Leiam as notícias que saem com controle do Partido Comunista Chinês de como isso de certa forma foi utilizado. De outra forma, o combate à corrupção tem de ser absolutamente rigoroso, sério, mas não pode levar, por melhor que seja o mérito, a comprometer conquistas do estado de direito. Garantias que não foram garantias feitas para os poderosos se esquivarem de punição, foram garantias civilizatórias, o habeas corpus, por exemplo, é uma garantia civilizatória. E aí o último ponto que me preocupa, que é o paradoxo ao qual nós nos enredamos, é possível que nós estejamos premidos e legitimamente aguerridos para combater a corrupção criando um ambiente para reforçar a corrupção. Por quê? Porque para combater a corrupção, para depurar os maus hábitos nós temos uma tendência de reforçar o poder do agente público. Para combater o crime e a escalada do crime nós somos tentados a dar mais poder ao agente de polícia, flexibilizar as restrições que ele tem para agir. Ou para combater a corrupção dar mais mecanismos para controlar a atuação dos agentes corruptores. Só que ao fazê-lo nós estamos justamente aumentando a displicionaridade do poder daquele agente que quando for um homem não comprometido com a ética vai utilizar disso para produzir mais corrupção. Não me refiro ao Judiciário, não me refiro à polícia, não me refiro a nenhum caso em particular. Mas aumentar o poder do guarda da esquina pode servir também para aumentar a vulnerabilidade do sistema ao combate à corrupção. Veja o paradoxo que nós podemos estar desenredando. Portanto e fechando, eu acho que todas essas

discussões são discussões que nós temos que fazer para a lei do debate aguerrido, de que lado nós estamos no jogo. Todos os que estão aqui estão do lado do bem. Duvido que tenha alguém nesse auditório que se inoclupe ou que busque promover a corrupção, mas eu acho que a reflexão tem de ser um pouco mais aprofundada. Que verdade nós queremos, que política que nós queremos e que amplitude de combate à corrupção que nós aceitamos. Esse é um debate que eu acho que está por ser feito, e fico muito feliz que nas intervenções, ainda que discordando um pontualmente de uma e outra, do Karnal e do Tércio, esses temas tenham sido oferecidos com grande qualidade e elocução. Minhas provocações eram essas.